

COMITE DE POLITICA ECONOMICA

Julgamos que o Secretário Geral referirá, nos encontros em Lisboa, o Comité de Política Económica e seus Grupos de Trabalho.

O Comité de Política Económica cuja preocupação fundamental é a coordenação internacional das políticas económicas gerais dos vários países membros, têm vindo a ser acompanhado pela nossa administração central de forma pouco sistemática.

As sessões deste Comité e seus grupos estão normalmente presentes os principais responsáveis pela elaboração ou execução das políticas económicas de cada país membro. É também considerado como o mais importante Comité especializado da OCDE.

O G.T. N° 4 continuará em 1980 a ter como centro de preocupações a análise das diversas origens de inflação interna, dos mecanismos de transmissão intervenientes e da eficácia das várias medidas anti-inflacionistas. Serão também estudadas as origens internacionais de inflação devido às preocupações com o acentuar das disparidades entre as taxas de inflação dos diferentes países assim como com o impacto dispar dos preços internacionais sobre os grandes e pequenos países.

O problema energético enquanto estudo das consequências macro-económicas que foi tema de relatório (em breve distribuído) deste Comité, continuará a ser estudado pelo Comité e seus grupos.

O G.T. N° 2 tem estudado as várias hipóteses de crescimento a médio prazo, em 1980 preocupar-se-à especialmente com alguns domínios críticos actuais, tais como a produtividade. A repartição funcional dos rendimentos e as medidas para reduzir o desemprego serão outros temas a tratar.

O G.T. N° 3 e o G.T. Temporário continuarão a problemática do equilíbrio dos pagamentos internacionais.

O Grupo de Trabalho sobre as previsões a curto prazo manterá os seus estudos previsionais.

Foi criado a 15 de Junho último um Grupo Especial (documento C(79)93 Final de 15 Junho 1979) sobre as políticas positivas de ajustamento consideradas como um elemento essencial da estratégia global dos países membros para a restauração das condições necessárias a um crescimento durável e não inflacionista, dado reconhecer-se a necessidade de se darem ajustamentos estruturais; respondendo ao progresso tecnológico, às alterações da procura e das relações de preços assim como às modificações de vantagens comparativas entre países.

Este exercício é considerado prioritário esperando-se que importantes recursos lhe sejam atribuídos à custa da eliminação de outros trabalhos no seio da OCDE, como por exemplo o do desaparecimento do Comité do Turismo.

Os Comités de Indústria, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio, Investimentos Internacionais e Grupo Trabalho sobre Desenvolvimento Regional estão incumbidos de continuar os estudos sobre o mesmo tema.

O assunto das políticas positivas de ajustamento será provavelmente levantado pelo Secretário Geral. Aliás parece-nos significativo que se faça acompanhar pelo Sr. Marris, o qual dirigiu o Grupo que promoveu e coordenou os estudos que se concretizaram num relatório recentemente publicado sobre as referidas políticas de ajustamento (doc. C(79)120 de 28 Maio 1979).

Este tipo de exercício suscita em várias delegações algumas preocupações por suspeitarem nele tentativas de interferência da parte de outros países membros.

O Comité do Exame da Situação Económica e dos problemas de desenvolvimento deverá examinar com cuidado os esforços feitos por cada país para contribuir à realização de um crescimento não

inflacionista e mais aceitável assim como ao melhor equilíbrio dos pagamentos da zona da OCDE. É dado especial importância a que este Comité siga atentamente as políticas aplicadas pelos diversos países para resolver os problemas de adaptação de certos sectores produtivos ou de certas categorias de população.

No que respeita à adaptação de certas categorias de população julgamos que à OCDE poderá ser útil conhecer a experiência de reinserção dos retornados das ex-colónias portuguesas.

Ainda quanto ao CPE é de realçar o estudo realizado pelo seu G.T. N° 2 sobre o emprego e necessidades de equipamentos (documento CPE/WP2(77)5 de 9 de Novembro de 1977), onde se individualizou a sub-zona da OCDE dos países com excedente de mão-de-obra.

A individualização da sub-zona dos países menos industrializados da OCDE dentro dos estudos desta organização, tem sido solicitada por esta delegação em vários Comités.

Em face do parágrafo dos comunicados de imprensa das reuniões do Conselho a nível ministerial de 1977 e 78 no qual se chamava a atenção para os problemas específicos dos países menos industrializados da organização, que se consideram relativamente abandonados nas análises tradicionais da OCDE, deu-se início a um estudo dirigido pelo Professor Fua, reitor da Universidade de Ancona donde se tiraram conclusões de política especialmente virado para a problemática internacional não tendo sido dado o relevo que consideramos ser devido às condicionantes externas de um lado pela sua importância e de outro pelo facto de estes estudos deverem ser feitos visando a cooperação internacional.

Para informação das delegações à reunião do Conselho a nível ministerial de Junho de 1979 foi distribuído o documento C(79)108 de 8 Junho 1979 sobre os trabalhos relativos aos países membros menos industrializados.

Por tudo o que dissemos julgamos que o sector económico da OCDE deverá realizar um esforço suplementar para promover no interior dos estudos em curso a individualização da sub-zona dos países menos industrializados da Organização.

Fundação Cuidar o Futuro